

SUMÁRIO

Capítulo I

Conceito de direito processual penal	27
--	----

Capítulo II

Relação com o direito penal e a execução penal.....	31
1) Introdução: autonomia do processo e da execução penal	31
2) Por um sistema integrado de direito penal, processo e execução penal.....	34
3) Implicações de um sistema integrado	39

Capítulo III

Funções do direito processo penal	45
1) Introdução.....	45
2) A justificação da pena segundo Luigi Ferrajoli	46
3) A justificação da pena segundo Claus Roxin	52
4) Conclusão	55

Capítulo IV

Direito e interpretação	59
1) Introdução.....	59
2) Interpretar é compreender	63
3) Limites da interpretação	66
4) Existe A resposta juridicamente correta?.....	68
5) Direito e analogia.....	75

6) Analogia e interpretação analógica?	77
7) Proibição de analogia?	80
8) O que é analogia in malam partem e quando é razoável proibi-la. Analogia aplicada ao processo penal.....	82

Capítulo V

Construção da verdade no processo penal	89
1) Introdução.....	89
2) O que é a verdade?.....	91
3) Sobre a mentira	96

Capítulo VI

Retroatividade da lei processual penal	103
1) Introdução.....	103
2) Retroatividade num sistema integrado.....	106
3) Retroatividade das regras sobre execução penal	109
4) Retroatividade da lei penal em sentido amplo: conclusões	109
5) Retroatividade da Lei 13.964/2019.....	111
5.1) Interpretação da reforma a partir de um sistema integrado	111
5.1.1) Juiz das garantias.....	111
5.1.2) Acordo de não persecução penal	112
5.1.3) Reexame obrigatório da prisão preventiva e prisão preventiva obrigatória	114
5.1.4) Outros temas de processo penal.....	114
5.1.5) Novas regras de execução penal.....	115
5.1.6) Novas regras de direito penal material.....	116

Capítulo VII

Princípios processuais penais	117
1) Introdução.....	117
2) Presunção de inocência	120

2.1)	Significado e implicações	120
2.2)	Ônus da prova e outros temas: Súmula 444 do STJ, revisão criminal etc.....	122
2.3)	Execução provisória da sentença	125
2.3.1)	Introdução: execução <i>pro reo</i>	125
2.3.2)	Execução provisória <i>pro societate</i>	127
2.3.3)	Execução imediata das condenações do júri?.....	129
2.3.4)	Prisão preventiva obrigatória nos crimes dolosos contra a vida?.....	131
3)	Contraditório e ampla defesa.....	133
3.1)	Introdução.....	133
3.2)	Implicações	134
3.3)	Defesa técnica e autodefesa	136
3.4)	Correlação entre acusação e sentença – o art. 385 do CPP	140
3.5)	<i>Emendatio libelli</i>	143
3.6)	Pode o juiz condenar sem que haja pedido de condenação?.....	146
3.7)	Proposição de pena pela acusação	154
3.8)	Abolição do parecer ministerial.....	156
4)	Princípio da não autoincriminação	159
4.1)	Significado e implicações	159
4.2)	Questões controvertidas.....	163
4.2.1)	Coleta de material genético.....	163
4.2.2)	Possíveis implicações de uma falsa declaração	166
4.2.3)	Condução coercitiva	168
5)	Juiz natural ou legal.....	169
5.1)	Significado e implicações	169
5.2)	Especialização de varas, desaforamento, promotor natural etc.	177
5.3)	Sistema acusatório: poderes instrutórios do juiz	182
5.4)	O juiz das garantias e sistema acusatório	184
5.4.1)	Introdução.....	184
5.4.2)	Retroatividade da lei.....	189
5.4.3)	Competência do juiz de garantias.....	189
5.4.4)	Competências em espécie	191
5.4.5)	Encerramento da atuação do juiz de garantias etc.	193

6) Duplo grau de jurisdição.....	193
7) Razoável duração DO processo	196
8) Publicidade dos atos processuais	199
9) <i>Ne bis in idem</i>	201
9.1) Significado e implicações	201
9.2) O problema da reincidência	203
9.3) Erros frequentes na aplicação da pena.....	205
9.4) Modelo de sentença	209

Capítulo VIII

Inquérito policial	211
1) Introdução: conceito, finalidades, características etc.....	211
2) Tramitação e controle externo.....	214
3) Indiciamento	215
4) Valor probatório do inquérito	216
4.1) Exclusão física do inquérito na Lei nº 13.964/2019?.....	217
5) Conclusão e prazos	219
6) Arquivamento, desarquivamento e coisa julgada.....	219
7) O arquivamento do inquérito a partir da Lei nº 13.964/2019.....	223
8) Denúncia anônima	225

Capítulo IX

Ação penal	229
1) Introdução: conceito, espécies etc.....	229
2) Ação penal nos crimes contra a dignidade sexual	231
3) Ação penal pública	234
4) Princípios – ou regras – que regem a ação penal pública.....	235
4.1) Princípio da obrigatoriedade?.....	236
5) Ação penal pública condicionada: retratação da representação.....	237
5.1) Legitimidade concorrente – Súmula 714 do STF	238

6) Ação penal (de iniciativa) privada	239
7) Ação penal (de iniciativa) privada subsidiária	240
8) Decadência e preempção.....	240

Capítulo X

Acordo de não persecução penal	243
1) Introdução.....	243
2) Cabimento.....	245
2.1) Justa causa: casos de denúncia, não de arquivamento	245
2.2) Crimes não violentos	247
2.3) Crimes cuja pena mínima seja inferior a 4 anos	247
2.4) Confissão formal e circunstanciada etc.	248
3) Obrigações do investigado	250
4) Vedações legais	251
5) Procedimento, momento de sua proposição, rescisão, concurso de agentes etc.....	254
6) ANPP e arrependimento posterior	256

Capítulo XI

Efeitos civis da sentença penal	259
1) Introdução.....	259
2) A sentença condenatória como título executivo judicial.....	260
3) Efeitos civis da sentença penal absolutória	261
4) Fixação do valor mínimo a título indenizatório.....	265

Capítulo XII

Prisão preventiva.....	267
1) Introdução.....	267
2) Algumas restrições à prisão	270
2.1) Detração.....	272
3) As alterações da Lei nº 13.964/2019	273
3.1) Introdução.....	273

3.2)	Reexame obrigatório da prisão preventiva a cada 90 dias.....	274
3.3)	Fundamentação da decisão.....	276
3.3.1)	Hipóteses de falta ou de insuficiência de motivação	278
3.4)	Prisão preventiva obrigatória nos crimes dolosos contra a vida?	280
4)	Contraditório e cumulação de medidas.....	282
5)	Cautelaridade? Em que sentido?	282
6)	Princípios que incidem sobre as medidas cautelares: o poder geral de cautela	286
7)	Prisão domiciliar.....	288
8)	Fundamentos legais	291
9)	Motivação da decisão que decreta a preventiva.....	292
10)	<i>Fumus commissi delicti</i> e <i>periculum libertatis</i>	294
10.1)	Garantia da ordem pública e da ordem econômica	295
10.2)	Conveniência da instrução e aplicação da lei.....	298
11)	Crimes que admitem a prisão preventiva	298

Capítulo XIII

Da prisão temporária	305
----------------------------	-----

Capítulo XIV

Prisão em flagrante	307
1) Introdução.....	307
2) Cautelaridade.....	308
3) Tipos de flagrante: próprio, impróprio e presumido	310
4) Flagrante em crime permanente, habitual etc.	313
5) Flagrante provocado, esperado, ação controlada etc.	317
6) Decisões judiciais possíveis.....	319
7) Casos especiais: infrações penais de menor potencial ofensivo, crimes de ação penal privada etc.....	322
8) Comunicações e procedimento	322
9) Audiência de custódia	323
10) Relaxamento e revogação de prisão: distinção.....	325

Capítulo XV

Direito penal indígena.....	327
1) Jurisdição penal indígena	327
2) Responsabilidade penal do índio	333

CAPÍTULO XVI

Competência.....	337
1) Introdução.....	337
2) Competência por prerrogativa de função	337
2.1) Introdução.....	337
2.2) Restrição do foro: avanços e retrocessos.....	338
2.3) Coautoria e participação.....	341
2.4) Competência do tribunal do júri.....	342
2.5) Exceção da verdade em crime contra a honra	343
2.6) Competência do Supremo Tribunal Federal etc.	345
3) Competência da justiça federal.....	346
3.1) Introdução.....	346
3.2) Crimes praticados contra a União etc.....	347
3.3) Contravenções e atos infracionais.....	348
3.4) Crime político e terrorismo	349
3.5) Lavagem de capitais	350
3.6) Crimes ambientais.....	350
3.7) Falsificação e uso de documento falso	351
3.8) Crimes praticados por e contra indígenas.....	351
3.9) Crime praticado a bordo de navio ou aeronave	352
3.10) Crime previsto em tratado	352
3.11) Tráfico de drogas.....	354
3.12) Incidente de deslocamento de competência.....	355
3.13) Execução penal.....	355
4) Competência da justiça militar	356
5) Competência da justiça eleitoral.....	358

6) Competência da justiça do trabalho?.....	359
7) Competência dos Juizados Especiais Criminais	359
8) Competência territorial	363
9) Erro sobre a pessoa e competência penal.....	366

CAPÍTULO XVII

Teoria da prova	369
1) Introdução.....	369
2) Teoria da prova e teoria das nulidades processuais: prova ilegítimas?.....	369
3) Procedimento probatório: gestão da prova.....	371
4) Objeto da prova: prova dos fatos e do direito.....	372
5) O chamado <i>livre</i> convencimento motivado.....	373
6) Prova atípica e ônus da prova: as regras do processo civil.....	375
7) Prova emprestada.....	378
8) Regra da identidade física do juiz.....	380
9) Encontro fortuito de prova.....	381
10) Prova antecipada etc.	381
11) Prova ilícita.....	382
11.1) Introdução.....	382
11.2) Prova ilícita por derivação	384
11.3) Avanços e retrocessos da regra da exclusão no direito norte-americano.....	386
11.4) Exceções à regra da exclusão da prova ilícita.....	387
11.4.1) Desconstitucionalização da regra da exclusão	389
11.4.2) A atual orientação da jurisprudência norte-americana é aplicável ao Brasil?.....	391
11.5) A prova ilícita no Brasil.....	392
11.6) Desentranhamento e inutilização da prova.....	393
12) Interrogatório judicial	393
12.1) Introdução.....	393
12.2) Direito ao silêncio, dispensa do interrogatório etc.....	394
12.3) Sistema legal, advogado, procedimento, <i>corréus</i>	394

12.4)	Forma e fases.....	396
12.5)	Réu preso.....	398
12.6)	Confissão: conceito, espécies, efeitos.....	398
12.7)	Pode o juiz aplicar pena abaixo do mínimo legal?	400

Capítulo XVIII

Colaboração premiada.....	405
1) Introdução.....	405
2) Conceito	408
3) Colaboração e moral	408
4) Legitimidade para celebração do acordo, procedimento etc.	411
5) Prêmios legais, eficácia da colaboração etc.	414
6) Critérios para a concessão, denegação e individualização dos benefícios	417
7) Conteúdo do acordo, sigilo, direito à não autoincriminação etc.	418
8) Retratação e rescisão do acordo	419
9) Papel do juiz: decisões judiciais possíveis	420
10) Valor probatório das declarações do colaborador	422
11) Direitos do colaboradores	422

Capítulo XIX

Sentença, recursos e coisa julgada	423
1) Sentença	423
1.1) Introdução.....	423
1.2) Classificação das decisões penais.....	424
1.3) Conceito e requisitos da sentença.....	426
1.3.1) Introdução.....	426
1.3.2) Fundamentação ou motivação.....	426
1.3.3) Dispositivo ou conclusão	428
1.3.4) Individualização da pena	428
1.4) Efeitos da sentença penal.....	429
1.5) Publicação da sentença etc.....	430

1.6)	Intimação da sentença.....	431
1.6.1)	Intimação do réu.....	431
1.6.2)	Intimação do MP, defensoria pública etc.....	433
1.7)	Princípio da congruência ou correlação entre acusação, defesa e sentença.....	434
1.7.1)	Introdução.....	434
1.7.2)	Pode o juiz condenar sem pedido de condenação?.....	436
1.7.3)	Pode o juiz reconhecer circunstâncias agravantes não requeridas pelo MP?.....	439
1.8)	<i>Emendatio libelli</i> :.....	440
1.8.1)	Conceitos, distinções, princípio da não surpresa etc.....	440
1.8.2)	Implicações sobre a ação penal, competência do juízo etc....	445
1.9)	<i>Mutatio libelli</i>	445
1.9.1)	Introdução, conceito, distinções.....	445
1.9.2)	Conceito de <i>elemento</i> e <i>circunstância</i> da infração penal.....	447
1.9.3)	Aditamento da denúncia, reabertura da instrução etc.....	448
1.9.4)	Questões controversas: coautoria, dolo, tentativa etc.....	449
2)	Teoria dos recursos penais.....	450
2.1)	Introdução.....	450
2.2)	Duplo grau de jurisdição.....	451
2.3)	Interesse e legitimidade para recorrer.....	453
2.4)	Previsão legal, tempestividade etc.....	454
2.4.1)	Fungibilidade.....	455
2.4.2)	Prazo legal.....	455
2.5)	Efeitos dos recursos.....	456
2.5.1)	Efeito suspensivo.....	456
2.5.2)	Efeito devolutivo.....	457
2.5.3)	Efeito regressivo ou juízo de retratação.....	458
2.5.4)	Efeito extensivo.....	458
2.6)	<i>Reformatio in pejus</i>	459
2.7)	Juízo de admissibilidade.....	460
2.8)	Procedimento, desistência, deserção etc.....	460

3) Coisa julgada	462
3.1) Introdução.....	462
3.2) Coisa julgada formal?.....	462
3.3) Recurso cabível e revisão criminal.....	463
3.4) Requisitos da coisa julgada.....	464
3.5) Limites da coisa julgada: casos especiais.....	465
3.5.1) Consumação no curso do processo.....	465
3.5.2) <i>Mutatio libelli</i>	465
3.5.3) Coautoria e participação.....	465
3.5.4) Concurso de crimes.....	467
3.5.5) Crime permanente e habitual.....	468
3.5.6) Superveniência de mais de uma condenação e coisa julgada inconstitucional.....	468
3.6) Revisão criminal, habeas corpus e mandado de segurança	469
3.6.1) Revisão criminal	469
3.6.1.1) Introdução.....	469
3.6.1.2) Sentenças passíveis de revisão.....	470
3.6.1.3) Hipóteses legais de revisão.....	474
3.7) Sentença condenatória contrária ao texto expresso da lei penal ou à evidência dos autos.....	474
3.8) Sentença condenatória fundada em depoimentos, exames ou documentos comprovadamente falsos.....	476
3.9) Descoberta de novas provas de inocência do condenado ou de circunstância que diminua a pena	477
4) Conteúdo do acórdão que julga procedente a revisão etc.	478
5) Legitimidade do ministério público, capacidade postulatória etc.....	480
6) Indenização por erro judiciário.....	482
7) Outras questões	483
7.1) <i>Habeas corpus</i>	483
7.1.1) Introdução: conceito, natureza jurídica etc.....	483
7.1.2) Cabimento, espécies, requisitos etc.....	485
7.1.3) Limitações do habeas corpus: punição disciplinar, súmula 691 e dilação probatória	488

7.1.4)	<i>Habeas corpus</i> como sucedâneo recursal ou após a coisa julgada	490
7.1.5)	Pessoa jurídica como impetrante ou paciente.....	491
7.1.6)	Procedimento.....	492
7.1.7)	Recursos.....	493
7.1.8)	Como redigir petição de <i>habeas corpus</i>	495
8)	Mandado de Segurança	498
8.1)	Introdução.....	498
8.2)	Direito líquido e certo?	500
8.3)	Hipóteses de não cabimento do mandado de segurança.....	501
8.4)	Prazo para impetração	503
8.5)	Intervenção do ministério público como fiscal da lei.....	504
8.6)	Recursos etc.	504